




# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUESTÕES CESPE

PROF. HERBERT ALMEIDA

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

## Introdução, abrangência e sujeitos

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

Improbidade administrativa  
Prof. Herbert Almeida



**1. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)** À luz da CF, os atos de improbidade administrativa poderão acarretar o(a)

- a) suspensão dos direitos políticos.
- b) disponibilidade dos bens.
- c) cassação de direitos políticos.
- d) suspensão da função pública.
- e) ressarcimento ao erário, o que inviabiliza a persecução penal.

**Gabarito: alternativa A.**



**2. (Cespe – Conhecimentos Básicos/CGM de João Pessoa - PB/2018)** Os atos de improbidade administrativa atingem apenas entidades integrantes do Poder Executivo.





**3. (Cespe – Técnico Judiciário/STJ/2018)** As sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito são cabíveis apenas para agentes públicos, excluindo-se a possibilidade de responsabilização administrativa de pessoa que não exerça mandato, cargo, emprego ou função administrativa.



**4. (Cespe – AJAA/STM/2018)** Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.





**5. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)** A ideia de probidade administrativa equivale à de moralidade, na medida em que ambas se relacionam à honestidade na administração pública, sendo, por isso, exigidas do agente público a observância dos princípios éticos e a consciência dos valores morais.

 /profherbertalmeida



**6. (Cespe – AJOJ/STJ/2018) Situação hipotética:** Um secretário estadual contratou, sem licitação e com preço muito inferior ao praticado no mercado, a empresa de seu irmão para a manutenção de computadores alocados em um departamento da secretaria. **Assertiva:** Nesse caso, para ser configurado o ato de improbidade, não é necessária a existência de lesão ao patrimônio público.

 /profherbertalmeida



Valdemar, empresário do setor de frigoríficos, emprega estratégias, como a utilização de produtos químicos, para disfarçar o estado de putrefação de carnes que vende fora do prazo de validade. Ele garante uma mesada a Odair, empregado de agência reguladora do setor e encarregado de elaborar os registros de fiscalização, em troca de ser avisado de qualquer ação não programada do órgão. De posse desse tipo de informação, Valdemar toma providências para que os fiscais não encontrem a carne de má qualidade. Durante a investigação de um caso referente a uma pessoa que sofrera prejuízo à saúde em razão do consumo de carne estragada, escuta telefônica autorizada gera as provas da existência do esquema. A respeito da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

**7. (Cespe – Procurador do Estado/PGE PE/2018)** Valdemar cometeu o crime de corrupção ativa, mas, como não é servidor público, a ele não se aplica a Lei n.º 8.429/1992.



**8. (Cespe – TJAA/STM/2018)** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, se um agente público regularmente processado e condenado por ter causado lesão ao patrimônio público vier a falecer antes de submeter-se às penalidades que lhe tiverem sido impostas, estas não poderão afetar os seus sucessores, tampouco atingir a herança.





**9. (Cespe – Analista Portuário – Área Jurídica/EMAP/2018)** De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a decretação cautelar da indisponibilidade de bens de um agente público réu em ação de improbidade administrativa independe da comprovação do *periculum in mora*.

 /profherbertalmeida



**10. (Cespe – Analista de Controle Externo/TCE PE/2017)** Fundamenta-se no *periculum in mora* implícito a decretação da indisponibilidade de bens quando estiverem presentes fortes indícios da prática de ato ímprobo.

 /profherbertalmeida



**11. (Cespe – Auditor de Controle Externo/TCE PE/2017)** A aplicação de sanções por atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário depende da aprovação das contas pelo tribunal ou conselho de contas.

 /profherbertalmeida



**12. (Cespe – Técnico Judiciário/TRF 1/2017)** Se servidor público, em conluio com representante de sociedade empresária, cometer ato de improbidade administrativa, ambos responderão pelo integral ressarcimento do dano causado, bem como estarão sujeitos, no que couber a cada um, às penalidades previstas na lei que trata da improbidade administrativa.

 /profherbertalmeida



**13. (Cespe – AJAJ/TRF 1/2017)** De acordo com a legislação que trata de atos de improbidade administrativa, são considerados agentes públicos as pessoas em exercício de cargo eletivo em autarquia federal, mesmo que sem remuneração.

   /profherbertalmeida

**14. (Cespe – Procurador do Estado/PGE SE/2017)** À luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado e da improbidade administrativa.

- a) Se um secretário de Estado autorizar a aquisição de equipamentos eletrônicos na loja de um irmão seu, sem licitação, mas com preços aquém dos praticados no mercado, não se configurará a prática de ato de improbidade administrativa, porque se trata de cargo em comissão e não haverá prejuízo ao erário.
- b) Um governador de estado que realizar operações financeiras irregulares e sem a observância das normas legais estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que tenha as suas contas aprovadas pelo tribunal de contas pertinente.
- c) Caso um motorista de concessionária de serviço de transporte coletivo atropele um ciclista, a responsabilidade civil dessa concessionária será subjetiva, haja vista o fato de, nessa hipótese, o ciclista não ser usuário do serviço público.
- d) Inexistirá responsabilização estatal por latrocínio que for praticado logo após a fuga de presos, uma vez que o dano não terá ocorrido enquanto os criminosos se encontravam sob a custódia estatal.
- e) Uma empresa, concessionária de serviço de transporte aéreo, não terá direito a indenização estatal em decorrência de prejuízos extensivos e inviabilidade de desempenho do serviço após a regular edição de lei que impuser o congelamento de preços de tarifas aéreas, haja vista que, não havendo vícios na edição da lei, toda a sociedade deve submeter-se às alterações no cenário econômico advindas dessa intervenção estatal.

   /profherbertalmeida



**15. (Cespe – Analista de Controle Externo/TCE PE/2017)** As instâncias penal, civil e administrativa são, em regra, independentes; no entanto, a aprovação das contas do gestor público pelo seu respectivo tribunal de contas impede a aplicação de sanções relativas à condenação por ato de improbidade administrativa.

 /profherbertalmeida



**16. (Cespe – Delegado de Polícia Substituto/PJC MT/2017)** De acordo com o entendimento do STJ, no curso da ação de improbidade administrativa, a decretação da indisponibilidade de bens do réu dependerá da

- a) constatação da inexistência de meios de prestação de caução.
- b) presença de fortes indícios da prática do ato imputado.
- c) prova de dilapidação do patrimônio.
- d) presença do *periculum in mora* concreto
- e) prova da impossibilidade de recuperação do patrimônio público.

 /profherbertalmeida

# OBRIGADO

PROF. HERBERT ALMEIDA

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

## Procedimento administrativo e processo judicial e outros assuntos

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

Improbidade administrativa  
Prof. Herbert Almeida

**1. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)** À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

I Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

II A representação, por carecer de formalismo, será escrita ou reduzida a termo e assinada, devendo conter somente a qualificação do representante e as informações sobre o fato.

III Comissão processante poderá representar ao Ministério Público para que este requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente.

IV A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede a representação ao Ministério Público no mesmo caso.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

   /profherbertalmeida



**2. (Cespe – Procurador do Município/PGM Manaus - AM/2018)** Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa.

   /profherbertalmeida



**3. (Cespe – AJAJ/STJ/2018)** De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, caso uma ação de improbidade administrativa seja julgada improcedente, a respectiva sentença deverá sujeitar-se à remessa necessária.

 /profherbertalmeida



**4. (Cespe – TJAA/TRF 1/2017)** A configuração de ato de improbidade administrativa dependerá, necessariamente, da existência de dano efetivo ao erário.

 /profherbertalmeida



**5. (Cespe – AJOJ/TRF 1/2017)** Na ação de improbidade administrativa, caso o réu seja primário, o Ministério Público poderá propor transação, desde que o ato praticado não tenha sido lesivo ao patrimônio público e não tenha importado enriquecimento ilícito.

 /profherbertalmeida

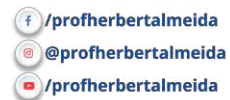


**6. (Cespe – TJAA/TRF 1/2017)** Em razão da abrangência protetiva da Lei de Improbidade Administrativa, as ações principais para a apuração de atos de improbidade administrativa podem ser propostas por brasileiro nato ou naturalizado, pelo Ministério Público e pela pessoa jurídica interessada.

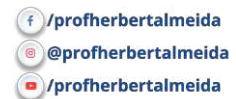
 /profherbertalmeida

# OBRIGADO

PROF. HERBERT ALMEIDA



## Atos de improbidade em espécie



Improbidade administrativa  
Prof. Herbert Almeida



**1. (Cespe – Conhecimentos Básicos/STM/2018)** É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.



**2. (Cespe – Procurador do Estado/PGE PE/2018)** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.
- e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.







**3. (Cespe – Procurador do Município/PGM Manaus - AM/2018)** O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

 /profherbertalmeida



**4. (Cespe – AJAA/STJ/2018)** O servidor público que revelar a particular determinado fato sigiloso de que tenha ciência em razão das atribuições praticará ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.

 /profherbertalmeida



- 5. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)** Representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, segundo a Lei n.º 8.429/1992,
- a) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
  - b) usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.
  - c) ordenar a realização de despesas não autorizadas.
  - d) frustrar a licitude de concurso público.
  - e) deixar de prestar contas quando obrigado a fazê-lo.



- 6. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)** O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.





**7. (Cespe – Conhecimentos Básicos/STJ/2018)** O servidor público que atrasa a realização de ato que deveria promover de ofício não atenta contra os princípios da administração pública, ao contrário do que ocorre com aqueles que deixam de praticar o referido ato.

 /profherbertalmeida



**8. (Cespe – Agente de Inteligência/ABIN/2018)** Cometerá ato de improbidade administrativa, violando o dever da imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições, o servidor público que, em consequência de desafeição com determinado cidadão, negar publicidade de um ato oficial.

 /profherbertalmeida



**9. (Cespe – TJAA/STM/2018)** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, o agente público que revelar, para pessoa de sua confiança, fato de que tem ciência em razão de suas atribuições e sobre o qual deveria manter segredo cometerá conduta antiética, não se configurando, nesse caso, ato de improbidade administrativa.

 /profherbertalmeida



**10. (Cespe – Analista Judiciário/TRF 1/2017)** O servidor público que retardar ou deixar de praticar ato de ofício indevidamente responderá por improbidade administrativa apenas no caso de o ato ter sido praticado por ação ou omissão dolosa.

 /profherbertalmeida



**11. (Cespe – Auditor de Controle Externo/TCE PE/2017)** João, aprovado em concurso público para auditor de controle externo no tribunal de contas de seu estado, foi lotado em sua cidade natal. Ao ter ciência desse fato, o prefeito do município, amigo da família de João, resolveu presenteá-lo com um veículo, a fim de facilitar a sua locomoção até o local de trabalho. João aceitou o presente. Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue, à luz do disposto na Lei n.º 8.429/1992.

João cometeu ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.



**12. (Cespe – Defensor Público/DPE AL/2017)** Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito

- a) concorrer, por qualquer forma, para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa jurídica, de bens integrantes do acervo patrimonial da administração direta estadual.
- b) permitir a utilização, em obra particular, de material que seja de propriedade de pessoa jurídica da administração direta estadual.
- c) doar à pessoa jurídica, ainda que sem fins patrimoniais, verbas do patrimônio de pessoa jurídica da administração direta estadual.
- d) permitir que pessoa física utilize renda integrante do acervo patrimonial de pessoa jurídica da administração indireta estadual.
- e) exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.



**13. (Cespe – Conhecimentos Básicos/TRT CE/2017)** Determinado agente público, em troca de recebimento de vantagem econômica, facilitou a alienação de um bem público por preço inferior ao valor de mercado, praticando, assim, ato de improbidade administrativa.

Nesse caso, de acordo com a legislação pertinente, o agente público praticou improbidade administrativa

- a) que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) que importa enriquecimento ilícito.
- c) decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- d) que causa prejuízo ao erário.

   /profherbertalmeida

# OBRIGADO

**PROF. HERBERT ALMEIDA**

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

# Sanções e prescrição



Improbidade administrativa  
Prof. Herbert Almeida

**1. (Cespe – Analista Judiciário - Contabilidade/TRT CE/2017)** Em razão de indevida dispensa de licitação, que gerou prejuízo ao erário decorrente de compra superfaturada, o Ministério Público estadual ajuizou ação de improbidade administrativa contra o prefeito de determinado município do estado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF, as consequências a que se sujeita o prefeito em decorrência do processo judicial incluem a

- a) pena privativa de liberdade, a suspensão dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário.
- b) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.
- c) perda da função pública, a cassação dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário.
- d) pena privativa de liberdade, a perda da função pública e o confisco de bens.



**2. (Cespe – TJAA/TRF 1/2017)** As penas previstas na lei em apreço serão sempre aplicadas de forma cumulativa, independentemente da gravidade do fato.

 /profherbertalmeida



**3. (Cespe – Agente de Inteligência/ABIN/2018)** A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa é hipótese de que resulta perda dos direitos políticos.

 /profherbertalmeida



**4. (Cespe – Analista de Gestão - Administrador/TCE PE/2017)** Na punição aos atos de improbidade administrativa, a penalidade será distinta se o ato implicar enriquecimento ilícito do agente ou se ele apenas causar prejuízo ao erário.

   /profherbertalmeida

**5. (Cespe – Juiz Substituto/TJ CE/2018)** O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

- a) Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.
- b) Dada a comprovação de concreta dilapidação patrimonial, o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens deveria ter sido condicionado à prévia citação do prefeito.
- c) No curso da instrução processual, a demonstração do dolo enquanto elemento subjetivo é fundamental para a caracterização da conduta imputada ao prefeito como ato de improbidade administrativa.
- d) O ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a cassação dos direitos políticos são sanções aplicáveis ao prefeito da situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.429/1992.
- e) Eventual reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa não impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

   /profherbertalmeida



**6. (Cespe – Juiz Substituto/TJ CE/2018)** Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa

- a) pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.
- b) exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.
- c) pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.
- d) admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- e) deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.



**7. (Cespe – Médico Legista/PC MA/2018)** A Lei de Improbidade Administrativa elenca as penas aplicáveis àqueles que praticarem atos de improbidade. O agente público que, atentando contra os princípios da administração pública, for condenado em ação de improbidade por ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício, estará sujeito à pena de

- a) suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.
- b) suspensão da função pública pelo período de cinco a oito anos.
- c) ressarcimento integral do dano, ainda que este seja presumido.
- d) proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.
- e) multa, limitada a vinte vezes o valor da sua remuneração.



**8. (Cespe – Escrivão de Polícia/PC MA/2018)** De acordo com a Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 —, o servidor público que comprovadamente tiver causado lesão ao patrimônio público estará sujeito

- a) a detenção de cinco a oito anos.
- b) à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- c) ao ressarcimento correspondente ao dobro do valor integral do dano.
- d) ao pagamento de multa civil em valor igual ao do acréscimo patrimonial.
- e) a suspensão dos direitos políticos por dez anos.

   /profherbertalmeida

**9. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)** Uma empresa que presta serviços de vigilância e limpeza para órgão da administração pública, diante de dificuldades financeiras decorrentes do atraso dos pagamentos que lhe são devidos pelos serviços adequadamente prestados, deu vantagem pecuniária aos servidores responsáveis pela liquidação e pagamento da despesa orçamentária empenhada, com o objetivo de acelerar os trâmites administrativos necessários ao efetivo pagamento.

Nessa situação hipotética, os servidores responderão por ato de improbidade administrativa por terem

- a) concedido indevidamente benefício financeiro, sujeitando-se, entre outras cominações, ao ressarcimento integral do dano causado à administração pública.
- b) atentado contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- c) aplicado indevidamente benefício tributário, sujeitando-se, entre outras cominações, à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) causado prejuízo ao erário, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda de bens e valores, inclusive aqueles obtidos licitamente.
- e) enriquecido ilicitamente, sujeitando-se, entre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

   /profherbertalmeida

**10. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)** Por ter permitido a alienação de um imóvel integrante do patrimônio de uma autarquia pública estadual por preço inferior ao de mercado, determinado agente público causou lesão ao erário.

Durante o processo, provou-se que o agente agiu de forma imprudente, bem como constatou-se o nexo causal entre a conduta e o dano. Porém, não houve comprovação de enriquecimento pessoal do agente, nem indício de má-fé.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa —, o ressarcimento do dano

- a) só seria devido se a conduta tivesse sido omissiva, caso em que teria de ser comprovado o dolo ou a culpa do agente público.
- b) será devido tão só em razão de a conduta ter sido comissiva, pouco importando, nesse caso, a comprovação de ter havido dolo ou culpa.
- c) só seria exigível caso a conduta em questão se tivesse dado de forma omissiva, já que não houve dolo.
- d) não poderá ser cobrado do agente público, independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, uma vez que não houve a comprovação de dolo.
- e) será devido independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, sendo suficiente para tal a comprovação da culpa do agente público.

   /profherbertalmeida



**11. (Cespe – AJAJ/TRF 1/2017)** Ainda que a prática de ato que configure improbidade administrativa não cause prejuízo ao erário ou não implique enriquecimento ilícito, estará o responsável sujeito à perda da função pública.

   /profherbertalmeida



**12. (Cespe – AJAA/TRT CE/2017)** Lucas é analista judiciário de determinado tribunal. Seu irmão, Tiago, é um advogado militante político, ativo nesse tribunal. Lucas, sem a observância das formalidades legais, concedeu benefício administrativo a Tiago, caracterizado como ato de improbidade administrativa, levando-o a ter seus direitos políticos suspensos por oito anos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correspondente a outra sanção que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, também será aplicada a Lucas em razão da falta cometida.

- a) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de dez anos
- b) pagamento de multa civil, de até três vezes o valor do dano causado
- c) proibição de contratar com o poder público, pelo prazo de três anos
- d) proibição de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos



**13. (Cespe – Analista de Controle Externo/TCE PE/2017)** As pessoas condenadas por ato de improbidade administrativa estão sujeitas às cominações previstas na legislação correspondente, como, por exemplo, a cassação de direitos políticos.





**14. (Cespe – Conhecimentos Básicos/CGM de João Pessoa - PB/2018)** A pretensão estatal de ressarcimento do erário em face de agente que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções prescreverá em cinco anos.



**15. (Cespe – Delegado da Polícia Civil/PC MA/2018)** É correto afirmar que a ação de ressarcimento ao erário decorrente da prática de ato de improbidade administrativa

- a) prescreve em três anos, a contar do conhecimento do prejuízo causado ao erário.
- b) prescreve no mesmo prazo que o previsto para o ajuizamento da respectiva ação civil de improbidade administrativa.
- c) prescreve em três anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.
- d) prescreve em cinco anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.
- e) é imprescritível.



# OBRIGADO

*PROF. HERBERT ALMEIDA*

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida